

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO DEPUTADO TARCÍSIO MOTTA - PSOL/RJ

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

(Do Sr. TARCÍSIO MOTTA)

Inscreve o nome de Dorothy Stang no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Inscreva-se o nome de Dorothy Mae Stang, conhecida como Irmã Dorothy, no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade, em Brasília

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Dorothy Mae Stang, conhecida como Irmã Dorothy, foi uma missionária católica assassinada no Pará, aos 73 anos de idade, por sua atuação em defesa do meio ambiente e dos trabalhadores rurais.

Dorothy nasceu em Ohio, nos Estados Unidos, mas chegou ao Brasil como missionária ainda na década de 1960 e foi naturalizada brasileira. A partir da década de 1970 passou a atuar na região amazônica, em defesa da floresta e mantendo intenso diálogo com movimentos sociais, lideranças camponesas, políticas e religiosas, na busca de soluções para os conflitos relacionados à posse e à exploração da terra.

Em Anapu, município onde foi assassinada em 2005, Dorothy ajudou a fundar a primeira escola de formação de professores na rodovia Transamazônica e colaborou para a implantação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Esperança, modelo de assentamento e gestão que produzia uma fonte segura de renda, sem destruir a floresta.

A religiosa participava da Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligada à Igreja Católica, desde a sua fundação em 1975, ainda durante a Ditadura Militar, e defendia a luta dos dos trabalhadores rurais sem terra e uma reforma agrária justa e consequente. Como diversas outras lideranças camponesas e ambientalistas no Brasil, a missionária vinha recebendo ameaças de morte havia mais de um ano antes de sua morte.



No dia 12 de fevereiro de 2005, às sete horas e trinta minutos da manhã, Dorothy Stang foi assassinada, com sete tiros, em uma estrada de terra de difícil acesso, a 53 quilômetros da sede do município de Anapu, no Estado do Pará. Seus executores estavam a mando dos fazendeiros Regivaldo Pereira Galvão e Vitalmiro Bastos de Moura. Segundo o Ministério Público, a missionária foi assassinada porque defendia a implantação de assentamentos para trabalhadores rurais em terras públicas que eram reivindicadas por fazendeiros e madeireiros da região.

Ante o exposto, apresentamos este projeto de lei, para que possa ser analisado e aprovado pelos nobres pares.

Sala das Sessões, em de

de 2025.

Deputado **TARCÍSIO MOTTA** PSOL/RJ



